

# Memória Cultural e a Construção da Identidade Cultural Brasileira: o Cânone Literário Romântico Oficial

Tania Serra  
Universidade de Brasília

As identidades política e cultural brasileiras foram ideologicamente forjadas durante o Romantismo. Assim, nossa história literária e o seu cânone foram “criados” ao mesmo tempo, a fim de fornecer uma imagem de país independente, que não pudesse ser confundida com a do colonizador.

Baseado no trabalho de Joaquim Manuel de Macedo, *O Ano Biográfico Brasileiro* (1876-1880), este artigo observará como a literatura e a história da literatura emergiram no Brasil ao mesmo tempo, a partir da necessidade ideológica da existência de uma identidade nacional. Concomitantemente, verifica-se que a memória cultural e o cânone literário brasileiros passam a co-existir.

Por outro lado, verificar-se-á o papel de Macedo nesse processo.

**Palavras-chave:** cânone literário; Macedo; história literária.

The political and cultural Brazilian identities were ideologically created during Romanticism. Therefore, our literary history and our canon were “made” at the same time, in order to pass the image of an independent country, different from the colonizer’s.

Based in Joaquim Manuel de Macedo’s *O Ano Biográfico Brasileiro* (1876-1880), this article will observe how literature and its history emerged in Brazil at the same time, forced

by the ideological need to have a national identity. We will also observe that cultural memory and the Brazilian literary canon will coexist.

Finally, Macedo's role in that process will be examined.

**Key words:** Literary canon; Macedo; literary history.

O trabalho de Joaquim Manuel de Macedo, o *Ano Biográfico Brasileiro*, utilizado como embasamento deste artigo, será aqui analisado dentro de uma perspectiva histórico-literária. Esse tipo de obra representa um dos aspectos mais importantes do processo político de organização da cena cultural brasileira no século XIX. Este processo foi empreendido a partir de um projeto nacionalista esboçado desde antes da Independência, em 7 de setembro de 1822, e é explicitado pela primeira vez por Domingos José Gonçalves de Magalhães.

O ano de 1836, quando Magalhães publica o "Ensaio sobre a História da Literatura Brasileira", em Paris, é considerado na tradição histórico-literária como o começo oficial de nosso Romantismo. Por outro lado, a publicação na Revista *Niterói* é não só o primeiro "manifesto" histórico-literário escrito por um brasileiro, mas também é, o que parece ainda mais significativo, o primeiro "fato cultural" apresentado por um brasileiro, que deliberadamente tenta preencher um vácuo existente no país, não só carente de uma identidade própria, como de uma *intelligentsia* que a traduza.

Em verdade, durante os primeiros anos pós-Independência, nossa referência histórico-literária era quase totalmente fornecida pelo olhar do europeu. Não havia uma literatura independente da portuguesa e o cânone era totalmente "importado". É, no entanto, a partir daquele "manifesto" que tentativas mais especificamente ligadas a um levantamento histórico-crítico começam a aparecer, possibilitando um movimento ideológico de construção de uma cultura essencialmente brasileira - e, conseqüentemente, de sua memória.

Observa-se, a partir de então, o esforço, mais político que literário, de dar ao país a auto-referência exigida pelo novo *status* de nação através de uma radiografia de sua cultura e literatura - as antologias e

os "manuais" de história da literatura<sup>1</sup>. Em verdade, essas obras fazem parte de um processo de inventário do país iniciado com os padres, durante o período colonial, e conscientemente continuado após o texto de Magalhães.

Contudo, também fica evidente que nossa inteligência não consegue realizar concretamente essa tarefa, idealizada no âmbito de um amplo projeto cultural para o jovem Brasil. Assim, repetem-se as tentativas de dar ao país uma história de sua literatura até 1888, quando é finalmente publicada a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, em que já é possível encontrar uma estruturação e organização pertinentes ao domínio daquela disciplina. O processo iniciado durante o Romantismo vê-se, então, concluído: já se pode falar de memória cultural. A obra de que trata este artigo é uma daquelas tentativas, empreendida entre 1876 e 1880.

Ainda em 1857, após o estrondoso sucesso de *A Nebulosa*, Joaquim Manuel de Macedo havia sido eleito orador do Instituto Histórico, cargo que ocupa até sua morte, em 1882. A concepção do *Ano Biográfico* deve a existência em parte aos discursos proferidos naquela Casa e, de outra, à estrutura da *Efemérida Histórica do Brasil*, coletânea de crônicas que o autor publica no jornal *O Globo*, entre 1874 e 1876, e que vai sair em volume no ano de 1877.

No livro *Joaquim Manuel de Macedo ou os Dois Macedos*, digo que nesse momento de sua vida o escritor fluminense atravessava o que chamei de segunda fase, ou fase dos adultos, em que se pode verificar uma forte tendência para a escola realista. O público, no entanto, não aprova essa mudança e o escritor começa a ter problemas financeiros, pois não mais consegue vender os romances então vistos como muito "fortes" para um público majoritário de sinhozinhos e estudantes. Era preciso ajudar as finanças lançando obras não ficcionais. A publicação da *Efemérida Histórica do Brasil*, juntamente com as *Noções de Co-*

---

<sup>1</sup> Cônego Januário da Cunha Barbosa: *Parnaso Brasileiro ou Coleção de Melhores Poesias dos Poetas do Brasil, Tanto Inéditos quanto já Impressos* (1829-1832); Varnhagen: *Flori-légio da Poesia Brasileira* (1847); Pereira da Silva: *Plutarco Brasileiro* (1847); Cônego Fernandes Pinheiro: *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862); Sotero dos Reis: *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1873).

*rografia do Brasil* (1873) e o *Ano Biográfico Brasileiro*, representa primeiramente uma forma de Macedo reforçar o orçamento doméstico.

As duas últimas são obras de encomenda para o governo imperial, a primeira preparada para a Exposição Universal de Viena e a última para a de Filadélfia. Com elas, e *malgré lui*, Macedo vai-se posicionar como representante oficial da Monarquia e do Romantismo decadentes, com uma visão freqüentemente ufanista e sempre otimista sobre o "vasto império do Brasil". Não será o único, tampouco, nesse momento de transição da Monarquia para a República e do Romantismo para o Realismo, a utilizar o sub-gênero das efemérides como uma espécie de manual de história - literária ou não -, mas será ele o porta-voz imperial, o que lhe trará sérias polêmicas com as oposições - literárias ou não.

A primeira observação que se pode fazer após a leitura desse texto é a de que o autor propositadamente traça um panorama histórico-cultural do Brasil e, pelo simples fato de fazê-lo, demonstra a existência do processo empreendido. Se, logo após a Independência, o país defrontara-se com um vácuo cultural, em 1876 percebe-se que este já havia sido preenchido por um conjunto articulado de intelectuais, políticos e artistas. Pode-se mesmo dizer que, durante nosso Romantismo, o projeto de auto-criação cultural, exposto por Gonçalves de Magalhães no "manifesto" de 1836, organiza-se e, sobretudo, torna-se sistematizado. Nesse contexto e do ponto de vista de uma função normativa que o *Ano* poderia ter, penso que se poderia dele inferir uma taxionomia da *intelligentsia* brasileira, pois, a rigor, esta é uma obra de referência, nos moldes que Wilson Martins vai adotar na sua *História*, publicada exatamente cento e um anos após a de Macedo.

Assim, seguindo a tradição de ordenação da história e da cultura do país, o *Ano Biográfico Brasileiro* traz a exposição de nomes importantes da história de nossa elite, sendo que uma esmagadora maioria é apresentada como tendo escrito e/ou publicado algum tipo de livro - do tratado médico, passando pelo levantamento da fauna e flora, até a obra literária propriamente dita. Nos três volumes publicados em 1876, foram levantados cento e um literatos, grupo escolhido neste estudo para representar a cultura nacional. No *Suplemento*, dos cem

nomes listados, dezesseis têm obras publicadas ou em manuscrito. Desde o *Noções de Corografia do Brasil*, aliás, esse plano interpretativo da *res brasilica* pela memória cultural havia sido proposto, com a definição dos principais "mitos" de formação da nação, para usar a terminologia de Antônio Soares Amora. Esse plano é aprofundado com a *Efemérida Histórica do Brasil*, em que são listados os principais momentos de nossa história, e é concluído com o *Ano Biográfico*.

Uma segunda observação, a rigor, uma curiosidade que salta aos olhos, é a de que a lusofobia que "atacou" o país após 1822 deixou de existir, já que dentre os listados vários são portugueses de nascimento. No momento em que já se pode falar de uma sistematização da cultura brasileira, o falso paradoxo da língua portuguesa/brasileira deixara de pesar nos brios nacionais.

Por todo o acima exposto, poder-se-ia pensar tratar-se o *Ano Biográfico Brasileiro* de um manual de história. No entanto, embora tendo como premissa para a estrutura da obra o levantamento histórico de nossos homens mais importantes, Macedo não abandona o estilo literário, ou seja, não opta por uma linguagem "científica" e sim por uma descrição imaginativa, em que todos os biografados têm expostos: uma introdução biográfica, os principais fatos históricos de sua vida e, no caso dos escritores, um breve comentário crítico da obra, com a bibliografia conhecida listada. Trata-se, na verdade, sob esse ponto de vista, de uma história da literatura dentro de uma história do Brasil; a leitura da história da literatura que era possível no ano de 1876.

O *Ano Biográfico Brasileiro* representa, é importante insistir, uma síntese da história da inteligência brasileira, descrita a partir das trezentas e sessenta e cinco figuras escolhidas. Embora entre estes apareçam várias nacionalidades, no conjunto final verifica-se homogeneidade no levantamento empreendido, pois representam aspectos diferentes de um mesmo país, desde o seu descobrimento, em 1500, até o século XIX. Já se pode, portanto, falar de uma cultura brasileira, da qual o *Ano* seria a memória viva.

Assim, e apenas sob o ponto de vista literário, este trabalho propôs-se também a verificar qual seria o ideal estético naquele momento de estertores do Romantismo brasileiro, a fim de poder dele inferir o

cânone literário oficial, uma vez que Macedo havia-se involuntariamente tornado, naquele momento de sua vida, uma espécie de porta-voz da monarquia brasileira.

Uma terceira observação feita após a leitura dos grossos três volumes é a de que apenas 28% dos literatos listados pertence ao contexto histórico do Romantismo. Se incluirmos o *Suplemento*, esse número pula para 38%. Evidencia-se, claramente, a escolha do autor por um projeto mais amplo na descrição e fixação dos quadros formadores da história brasileira e não o panegírico dos contemporâneos.

É claro que houve problemas com relação a esse critério de escolha e Macedo foi muito criticado pelas "omissões" de alguns nomes. Em consequência disto, ele volta em 80 com o *Suplemento*, que visaria a cobrir aquelas falhas - dos dezesseis escritores que ali aparecem, onze pertencem ao Romantismo, uma nítida mudança com relação aos critérios anteriores. Esse *Suplemento* também foi planejado para sair em mais de um tomo, já que na folha de rosto vemos registrado: Volume I. Por outro lado, ele apresenta os nomes em ordem alfabética, pois os trezentos e sessenta e cinco dias do ano já haviam sido preenchidos em 76. No entanto, o que se tem, de fato, é apenas esse Volume I, que se interrompe na letra *i*. Se sabemos que, a partir de 1880, o autor não mais participa das sessões na Câmara dos Deputados, nem comparece para fazer a leitura dos relatórios anuais do Instituto Histórico e Geográfico, morrendo louco em 1882, seria de se prever que o número de literatos do Romantismo teria sido maior, caso ele tivesse conseguido chegar ao fim de seu trabalho.

O objetivo de "suprir" a sociedade fluminense com um bom número de personalidades contemporâneas, portanto, não parece ter sido o objetivo inicial do autor. É bastante óbvio, para quem lê o *Ano Biográfico*, que o que Macedo estava tentando fazer era: 1<sup>o</sup>- definir uma história brasileira, a partir de seus principais vultos e, 2<sup>o</sup>- estabelecer um paradigma para a cultura brasileira - a literatura entra ali como um elemento subsidiário desta cultura. Em assim fazendo-o, o autor fixa o cânone literário para o nosso Romantismo, preenchendo definitivamente o vácuo deixado pela eliminação do modelo lusitano, após a

Independência, e sendo de imediato catapultado à condição de memória viva do país.

Várias informações culturais interessantes aparecem após a leitura das quase duas mil páginas. Uma delas é a diferença entre na proporção de mulheres que aparecem na edição de 76 e na de 80<sup>2</sup>. Nenhuma é literata, com exceção, já contemporânea do autor, de Dona Violante Ataliba Ximenes de Bivar, que publica o primeiro periódico escrito por mulheres no Brasil, o *Jornal das Senhoras*. A tendência ao brando feminismo que permeia nosso Romantismo fez, assim, com que Macedo concedesse espaço para quase 5% de mulheres no primeiro livro; já a urgência em nomear seus contemporâneos limita o espaço dedicado à cota feminina no *Suplemento* (3%).

Outra curiosidade cultural foi verificar o extremo oposto do caso feminino, ou seja, a presença maciça do clero na edificação da inteligência brasileira, sobretudo no período colonial. 40% das obras escritas nesse período o são por religiosos das mais diversas origens. São obras de levantamento e fixação dos recursos naturais da colônia. No período do Romantismo esse quadro inverte-se, dando lugar a uma maioria de autores com formação em Direito: 40% de todos os incluídos.

Os bacharéis em Direito, portanto, seguidos de perto por seus colegas de Medicina (25%), constituem a maioria formadora da elite cultural brasileira no período pós-Independência. A carreira militar também sofre uma inversão nos quadros. Durante o período colonial eles são responsáveis por 16% dos literatos listados, enquanto no período posterior este número cai para 9%.

Prosseguindo a análise dos dados encontrados e efetuando novo recorte cronológico, tendo como premissa os períodos literários, percebe-se um outro fato interessante: 30% das obras listadas no período do Romantismo faz parte do gênero poesia - épica ou lírica -, seguido de perto pelos escritos histórico-etnográfico-geográficos e os políticos, com 27%. Em seguida vêm a prosa de ficção e o articulismo jornalístico, com 15% respectivamente. Por fim, os gramáticos, que abarcam 10% dessa produção.

---

<sup>2</sup> Quinze em trezentos e sessenta e cinco na primeira e apenas três em cem na última.

Fazendo outro recorte em torno dos trabalhos estritamente literários, verifica-se que dos seis romancistas levantados<sup>3</sup>, quatro são incluídos apenas quando da publicação do *Suplemento*. Já no caso da poesia<sup>4</sup>, tem-se o quadro exatamente inverso: dos doze poetas registrados, apenas Castro Alves é nomeado em 80, embora já estivesse morto há cinco anos quando da primeira publicação do *Ano Biográfico*. Poder-se-ia dizer, portanto, que o cânone literário nesse momento é a poesia.

No que diz respeito aos "jovens lobos" romancistas - para usar a terminologia de Wilson Martins - da geração de transição do Romantismo para o Realismo, nenhum aparece no *Ano*, nem em seu *Suplemento*. O mesmo dá-se na poesia, sendo Castro Alves (1847-1871) uma honrosa exceção do volume de 80. A rigor, no que diz respeito à literatura, o critério utilizado foi, de um modo geral, o de pular para trás pelo menos uma geração, o que nos leva, portanto, até a II Geração Romântica e ao ultra-Romantismo. Esta seria uma primeira conclusão crítica que se poderia tirar a partir dos dados antes expostos.

De uma maneira ou de outra, o fato relevante é que a "oficialização" de uma cultura brasileira - o que necessariamente coincide com a criação de um cânone literário, já que ambos emergem ideologicamente do vácuo existente numa sociedade em busca de si-mesma -, era a pré-condição *sine qua non* para sua legitimação. Coube ao Dr. Macedinho esse papel histórico: o de viabilizar um padrão cultural e literário. A partir dele poderia vir a oposição - ética ou estética -, o que de fato ocorreu com o advento da República e da escola realista. O cânone romântico oficial torna-se anátema, carregando consigo o nome de seu Dr. Frankenstein.

Uma outra conclusão é a de que o *Ano Biográfico Brasileiro*, além de uma leitura da história da literatura brasileira, poderia também ser

---

<sup>3</sup> Teixeira e Sousa, Manuel Antônio de Almeida, Francisco Pinheiro Guimarães, Constantino José Gomes de Sousa, Gentil Homem de Almeida Braga e Lourenço da Silva Araújo Amazonas.

<sup>4</sup> Paulo José Melo Azevedo e Brito, João Duarte Lisboa Serra, Gonçalves Dias, Trajano Galvão de Carvalho, Álvares de Azevedo, Dutra e Melo, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Castro Alves, Domingos Borges de Barros, Luís José Junqueira Freire, Antônio Joaquim Franco de Sá.



compreendido como a definição oficial do conjunto das personalidades históricas brasileiras, literárias inclusive, feita sob encomenda para representar o império moribundo no exterior com uma - falsa - imagem de uniformidade. Um corolário dessa conclusão seria a oficialização do cânone literário, inferido a partir da escolha daquelas personalidades listadas, juntamente com suas obras.

Uma última conclusão deriva da observação das nacionalidades dos listados. A inclusão ali de franceses e portugueses sugere a existência de uma cultura multinacional e multi-racial. Esta raça nova que surge em nossas terras seria, por sua variedade, "naturalmente" mais forte - vide o *Ensaio* de Magalhães -, mais sensível, mais capaz, etc. Essa idéia de poder, inerente à sociedade brasileira assim formada, estaria por trás do discurso ideológico subjacente à idéia do "V Império", com o qual sonhávamos nos tornar.

Enfim, Macedo morre louco antes de conseguir terminar sua obra normativa, deixando uma grande pergunta para ser respondida: quem teriam sido os outros escolhidos, de J a Z? Talvez a resposta tenha chegado pela negativa realista-naturalista oito anos após a publicação do *Suplemento*, com a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. Mas, ainda: os excluídos deste seriam os que faltaram naquele? A questão continua aberta.

### Referências Bibliográficas

- AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. 3 Vol.
- \_\_\_\_\_. *Efemérida Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Globo, 1877.
- \_\_\_\_\_. *Noções de Corografia do Brasil*. Tipografia Franco-Americana, 1873.
- \_\_\_\_\_. *Suplemento ao Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1880.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. "Ensaio sobre a História da Literatura Brasileira". in *Revista Nichteroy*. Paris, 1836.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1977. 3<sup>o</sup> Vol.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os Dois Macedos. A Luneta Mágica do II Reinado*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro/Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

\_\_\_\_\_. “O Ano Biográfico Brasileiro, de Joaquim Manuel de Macedo, como Leitura da História da Literatura”. in *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, Vol. 3, número 1, abril de 1997. p. 128-134.

\_\_\_\_\_. “A Oficialização do Cânone Literário no Ano Biográfico Brasileiro (1876-1880), de Joaquim Manuel de Macedo”. in *Letras de Hoje. Anais do II Seminário de História da Literatura*. Porto Alegre, Vol. 31, número 4, dezembro de 1996. p. 63-71.